Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014



(Administrado por Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	03
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	07
Demonstrações dos fluxos de caixa Notas explicativas às demonstrações financeiras	08



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e ao Administrador do

Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário - FII (Administrado por Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a fundos de investimento imobiliário e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário - FII, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos imobiliários.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria, datado de 14 de Fevereiro de 2014, sem modificação.

São Paulo 27 de Fevereiro de 2015.

Pemom Auditores Independentes SS CRC 2SP 031.056/O-2

Emerson Fabri
Contador CRC 1SP-236.656/O-6

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. CNPJ: 72.600.026/0001-81

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2014	% PL	31/12/2013	% PL	Passivo	Nota	31/12/2014	% PL	31/12/2013	% PL
Circulante		784	0,99%	18.919	21,06%	Circulante		49	0,06%	5.506	6,13%
Caixa e equivalentes de caixa	4	784	0,99%	18.916	21,06%	Fornecedores de materiais e serviços		8	0,01%	2	0,00%
Impostos a Compensar		-	0,00%	3	0,00%	Taxa de Administração a pagar	9	25	0,03%	16	0,02%
						Obrigações fiscais e previdenciárias		16	0,02%	-	0,00%
Não Circulante		78.250	99,07%	76.400	85,07%	Distribuições de resultados e amortização de cotas a pagar		-	0,00%	5.488	6,11%
		78.250	99,07%	76.400	85,07%	Total passivo		49	0,06%	5.506	6,13%
Propriedades para Investimento		78.250	99,07%	76.400	85,07%						
Imóveis Acabados	5	78.250	99,07%	76.400	85,07%	Patrimônio Líquido	6	78.985	100,00%	89.813	100,00%
						Cotas Integralizadas	6 b	50.000	63,30%	50.000	55,67%
						Amortização do valor das cotas		(28.782)	-36,44%	(16.038)	-17,86%
						Ajuste de Avaliação a valor justo		57.647	72,98%	55.797	62,13%
						Lucros acumulados		120	0,15%	54	0,06%
Total do Ativo		79.034	100,06%	95.319	106,13%	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		79.034	100,06%	95.319	106,13%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2014	31/12/2014
Propriedades para Investimento			
Receitas de Aluguéis	-	3.792	3.633
Receitas de Vendas de Propriedade para Investimento	-	-	4.134
Custo de Propriedades para Investimentos Vendidas	-	-	(2.488)
Ajuste a Valor Justo	5	1.850	17.368
Resultado Líquido de Propriedades para Investimento		5.642	22.647
Resultado Líquido de Atividades Imobiliárias		5.642	22.647
Outros Ativos Financeiros			
Receita Financeira Líquida		1.770	1.217
Outras Receitas/Despesas			
Despesa com Taxa de Administração	9	(262)	(228)
Despesas Tributárias	-	(309)	(797)
Despesas com Serviços de Terceiros	10	(211)	(142)
Outras Receitas e Despesas	11	(88)	(28)
Lucro Líquido do Exercício		6.542	22.669
Quantidade de cotas em circulação		500.000	500.000
Lucro Líquido por cota (em R\$)		13,08	45,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Notas	Cotas Integralizadas	Amortização de cotas	Ajuste de avaliação a valor justo	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		50.000	(16.038)	38.429	310	72.701
Resultado do exercício	-	-	-	-	22.669	22.669
Alocação do ajuste a valor justo do exercício	-	-	-	17.368	(17.368)	-
Distribuição de resultado no exercício	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		50.000	(16.038)	55.797	54	89.813
Amortização de cotas	8	-	(12.744)	-	-	(12.744)
Resultado do exercício	-	-	-	-	6.542	6.542
Alocação do ajuste a valor justo do exercício	-	-	-	1.850	(1.850)	-
Distribuição de resultado no exercício	-	-	-	-	(4.626)	(4.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		50.000	(28.782)	57.647	120	78.985

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Método direto	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimento de Aluguéis	3.792	3.633
Recebimentos por Vendas de Propriedades para Investimento	-	1.646
Recebimento de Receitas Financeiras Líquidas	1.773	1.857
Pagamento de Taxas de Condominiais	-	(11)
Pagamento de Materiais e Serviços	(253)	(141)
Pagamento de Taxa de Administração	(252)	(292)
Pagamento de outras despesas	(349)	(800)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.711	5.892
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos por Vendas de Propriedades para Investimento	-	2.488
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		2.488
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de Cotas	(12.744)	_
Distribuição de Rendimentos para os Cotistas	(10.099)	(4.725)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(22.843)	(4.725)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.132)	3.655
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do exerício	18.916	15.261
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do exerício	784	18.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

1. Contexto operacional

O Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 22 de novembro de 1996 e autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em ofício de 14 de janeiro de 1997, com prazo indeterminado de duração, é regulamentado pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993 e pelas Instruções da CVM nº 472/08, 516/11 e 517/11.

O Fundo tem por objeto a aquisição de bens imóveis destinados à locação, arrendamento e/ou revenda.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

As demonstrações financeiras terão sua emissão e publicação autorizadas em 27 de fevereiro de 2015, bem como posteriormente serão aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas, de acordo com a legislação em vigor.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários regulamentados pelas Instruções nº 516/11 e 517/11 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, desde que não conflitantes com as disposições contidas nas instruções especificas dos fundos de investimento imobiliário.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como as propriedades para investimentos que estão mensurados pelo valor justo conforme requerido pela instrução CVM 516/11.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do fundo de acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliários exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Fundo na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Ativos financeiros imobiliários

De aluguéis

Estão registradas pelo valor a vencer correspondente ao período de uso pelo locatário conforme contratos de locação dos respectivos imóveis.

Por venda de imóveis

Estão registradas pelo valor a vencer correspondente aos contratos de venda dos imóveis deduzido do ajuste a valor presente.

c) Propriedades para investimento – imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. Alterações no valor justo após o reconhecimento inicial são reconhecidas no resultado do exercício.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Fundo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Receita de aluguéis

As receitas provenientes de locação dos imóveis destinados à renda são reconhecidas em base linear pelo prazo de vigência do contrato de locação firmado entre as partes, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos aos clientes.

f) Reconhecimento de receitas e despesas em resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos.

g) Normas e interpretações que não estão em vigor para exercício de 2014

- IFRS 9 Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração a partir de 2018
- IFRS 15 Receitas de contrato com clientes a partir de 2018
- IFRS 11 Contabilização de acordos contratuais em conjunto a partir de 2016
- IAS 38 Método de depreciação e amortização a partir de 2016

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos bancários á vista (a)	313	316
Cotas de fundos de investimentos (b)	471	18.600
Total	784	18.916

- (a) O montante de R\$ 313 em (R\$ 316 em 2013) está representado por depósitos a vista em instituições financeiras de primeira linha.
- **(b)** As aplicações financeiras de natureza não imobiliária em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão representadas por:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado (i)	5	2
Rio Bravo Crédito Privado FI Renda Fixa (i)	466	18.598
Total	471	18.600

(i) Estão compostos por cotas de fundo de aplicação financeira da Rio Bravo Investimentos Ltda. (Gestor), administrado pelo Banco Bradesco S.A. (BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), não possuem vencimento e podem ser resgatadas no curto prazo.

5. Propriedades para investimento

a) Relação dos imóveis - acabados

Referem-se a imóveis locados ao Banco Itaú abaixo discriminados:

				Metragem		
Endereço	Característica	Cidade	UF	do imóvel	2014	2013
1. Avenida Dantas Barreto 507	Agência Bancária	Recife	PE	1.370 m2	1.760	1.600
2. Rua Joaquim Floriano 717	Agência Bancária	São Paulo	SP	573 m2	8.180	8.000
2. Praça Patriarca nº 30	Centro Adm	São Paulo	SP	573 m2	19.160	17.700
4. Avenida Eusébio Matoso	Edifício Sede	São Paulo	SP	5.280 m2	49.150	49.100
Total					78.250	76.400

Os imóveis estão registrados sob os seguintes nº de matrícula:

- Imóvel Avenida Dantas Barreto matrícula nº 37.492 e 37.494
- Imóvel Rua Joaquim Floriano matrícula nº 17.657
- Imóvel Praça Patriarca matrícula nº 18.486, 18.487, 18.488, 18.509, 18.510 e 18.511
- Imóvel Avenida Eusébio Matoso matrícula nº 41.467, 41.468, 41.469, 41.470, 41.471 e 41.472.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

b) Movimentação

	Imóveis acabados		
Descrição	2014	2013	
Saldo inicial	76.400	61.521	
Baixas pelo custo dos imóveis vendidos	-	(2.489)	
Ajuste a Valor Justo	1.850	17.368	
Saldo final	78.250	76.400	

c) Método de determinação do valor justo

A Colliers International do Brasil, empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que esta sendo avaliada, avaliou para marcação a valor de mercado os imóveis de propriedade do Fundo na data base Setembro de 2014. A Administração efetuou a análise e não identificou indícios de alterações nas premissas adotadas na preparação do laudo na atualização do estudo para udezembro de 2014.

Os valores justos são baseados em valores de mercado, e refletem o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados dos aluguéis das propriedades para investimento. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes é então aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

A metodologia adotada nos laudos consiste na análise das características físicas das propriedades e das diversas informações levantadas no mercado, que são devidamente tratadas a fim de determinar o valor dos respectivos imóveis. Para a consecução do objetivo solicitado, observar-se-á o que preceitua a NBR. 14.653-1/2001 e NBR. 14.653-2/2011, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Patrimônio líquido

O Fundo encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2014 representado pelo Patrimônio Liquido de R\$ 78.985 (R\$ 89.813 em 2013), sendo composto por:

a) Cotas integralizadas

O patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2014 está representado por 500.000 cotas escriturais e nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 50.000.

b) Séries de cotas do fundo

Segue abaixo as séries de cotas emitidas pelo fundo:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Quantidade de cotas	Valor nominal	
Descrição	integralizadas	(R\$)	Total (R\$ mil)
1ª emissão	500.000	100	50.000

c) Amortização de cotas

A amortização de cotas está prevista no regulamento do Fundo em seu artigo 42, parágrafo 1º.

d) Ajuste de avaliação ao valor justo

Representa o ajuste de avaliação ao valor justo das propriedades para investimento do Fundo apurado com base em Laudo de avaliação formalmente aprovado pela administração (Nota 5-C)

Para melhor apresentação, ao final do exercício, o valor do ajuste referente ao exercício é apropriado do lucro líquido do exercício para essa rubrica contábil.

Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

7. Política de distribuição de resultados

O Fundo, de acordo com seu regulamento e a Lei nº 9.779/99, deverá distribuir a seus cotistas, no mínimo 95% dos lucros auferidos de acordo com o regime de caixa, com base em balanço encerrado semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro.

Caberá aos cotistas deliberar sobre a distribuição dos resultados líquidos auferidos, apurados segundo o regime de caixa, no respectivo exercício, podendo deliberar a distribuição de até 95% do resultado do Fundo.

A administradora do Fundo é a responsável pelos cálculos dos rendimentos a distribuir aos cotistas.

a) Base de cálculo

No exercício/período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a distribuição de resultados aos cotistas pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
Base de cálculo - Fluxo de caixa operacional	4.711	5.892
Resultado mínimo a distribuir (95%)	4.475	5.597

b) Movimentação da distribuição e amortização de cotas a pagar

Saldo inicial não distribuído	5.488	4.657
Rendimento propostos no exercício	4.626	5.557
Imposto de renda na fontre sobre rendimentos	(15)	-
Rendimentos e redução de patrimônio líquido		
pagos no exercício	(10.099)	(4.726)
Saldo pendente de distribuição	-	5.488

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O saldo mínimo de rendimentos a distribuir aos cotistas, considerando o regulamento do Fundo é de R\$ 4.475 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.597 em 2013). O valor total de distribuição de rendimentos referente ao exercício de 2014 foi de R\$ 4.626 (R\$ 5.557 em 2013), equivalente a 98% em 2014 (95% em 2013) dos lucros auferidos em regime de caixa.

8. Emissão e amortização de Cotas

O patrimônio comprometido previsto no Regulamento do Fundo é de até R\$ 78.895. Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito é de R\$ 50.000, equivalentes a 500.000 cotas, totalmente integralizado.

O Fundo somente poderá realizar novas emissões de Cotas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, que definirá os termos e condições de tais emissões, incluindo, sem limitação, a modalidade e o regime da oferta pública de tais novas Cotas.

Exceto se de outra forma aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, será outorgado aos Cotistas o direito de preferência na subscrição de novas cotas.

Sempre que houver desinvestimentos nos Ativos integrantes do patrimônio do Fundo, nos termos e prazos legais, os recursos serão preferencialmente reinvestidos em Ativos Imobiliários. Caso a instituição administradora não identifique novos Ativos Imobiliários e condicionada a aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, os recursos serão destinados à amortização de cotas proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa relativamente ao Patrimônio Líquido.

No mês de dezembro de 2014 houve amortização no valor de R\$ 12.744, que representou 13,59% do patrimônio líquido do Fundo no mês anterior.

9. Remuneração da administração

a) Taxa de administração

O Administrador receberá pelos serviços de gestão do Fundo, com exclusão de qualquer outra, a maior remuneração entre R\$ 300 por ano e o equivalente a 0,275%, com base em 1/360 sobre o patrimônio líquido do Fundo, ambas pagas mensalmente no último dia útil de cada mês, a partir de dezembro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a taxa de administração totalizou R\$ 262 (R\$ 228 em 2013) e representou 0,29% (0,25% em 2013) do patrimônio líquido médio, o saldo a pagar para a Administração em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 25 (R\$ 15 em 2013).

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

10. Despesas de serviços de terceiros

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Honorários Advocatícios e de Contabilidade	(87)	(30)
Honorários pessoas jurídicas	(25)	(20)
Taxa de escrituração de cotas	(39)	(38)
Taxa de fiscalização CVM	(23)	(17)
Taxa de custódia	(7)	(7)
Outras despesas	(30)	(30)
Total	(211)	(142)

11. Outras receitas e despesas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Manutenção de Bens locados	(48)	-
Variações Monetárias Ativas	-	3
Recuperação de despesas	-	2
Comissões sobre vendas	-	(15)
Condomínio de bens não locados	-	(11)
Condução, transporte, Correios, Viagens	(2)	(1)
Despesas bancárias	(2)	(3)
Despesas legais e judiciais	(36)	(11)
Reversão de provisões exercícios anteriores	-	(8)
Total	(88)	(28)

12. Legislação tributária

a) Fundo

O Fundo, por ser constituído sem personalidade jurídica e sob a forma de condomínio fechado, nos termos dos artigos 1.º e 2.ºda Lei 8668/93, não é contribuinte de impostos tais como PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda, estando porém obrigado à retenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as receitas financeiras obtidas com as aplicações em renda fixa do saldo de caixa do fundo nos termos do artigo 28º de Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1022/10, que poderá ser compensado quando do recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre a distribuição de resultados aos cotistas.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conforme artigo 30º da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1022/10, sujeita-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, cotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas do fundo.

b) Isenção de imposto de renda para pessoas físicas

A Lei 11.196/05 estendeu os benefícios do inciso III do artigo 3º da Lei 11.033/04, de isenção do Imposto de Renda sobre as distribuições pagas à cotista Pessoa Física, nas seguintes condições:

- i) Cujas cotas do fundo sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.
- ii) O benefício será concedido somente nos casos em que o fundo de investimento imobiliário possua, no mínimo, 50(cinquenta) cotistas;
- iii) Não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo fundo de investimento imobiliário ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.

Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 20% (vinte por cento).

13. Alterações no regulamento

Em 22 de dezembro de 2014 ocorreu alteração no Regulamento do Fundo, conforme aprovada em Ata de Assembleia Geral de Cotistas.

14. Serviços de tesouraria e escrituração

O serviço de tesouraria do Fundo é prestado pela própria Administradora e o serviço de escrituração das cotas do Fundo é prestado pelo Itaú Corretora de Valores S.A.

15. Rentabilidade do fundo

O patrimônio líquido médio, o valor da cota, a rentabilidade do fundo e a rentabilidade dos rendimentos distribuídos são demonstrados abaixo:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Semestre	Patrimônio Líquido médio (em milhares)	Valor Patrimonial da Cota	Rentabilidade do Fundo (%) (a)
30/06/2013	73.624	145,8341	2,866
31/12/2013	82.669	179,6284	27,422
30/06/2014	90.689	179,8717	2,729
31/12/2014	90.210	157,9712	7,252

(a) A rentabilidade percentual média do fundo foi calculada considerando-se o resultado do semestre sobre o patrimônio líquido médio do mesmo período.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

16. Fatores de riscos

Riscos relacionados à rentabilidade do investimento

O investimento em cotas de um fundo de investimento imobiliário é uma aplicação em valores mobiliários de renda variável. Os valores a serem distribuídos aos Cotistas dependerão do resultado do Fundo que, por sua vez, dependerá das receitas provenientes das locações dos imóveis do Fundo.

Risco de liquidez

O fundo é um condomínio fechado, o que pressupõe que os seus cotistas somente poderão resgatar suas Cotas ao seu final, no momento de sua liquidação, considerando que o Fundo tem prazo indeterminado.

Assim sendo, espera-se que os cotistas estejam conscientes de que o investimento no Fundo possui características peculiares e específicas quanto à liquidez das Cotas, consistindo, portanto como um investimento de médio a longo prazo. Pode haver, inclusive, alguma oscilação do valor da Cota no curto prazo, que pode acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do Cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do Fundo.

Riscos tributários

O risco tributário consiste basicamente na possibilidade de perdas decorrentes de eventual alteração da legislação tributária, mediante a criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Risco de desapropriação

Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, do(s) imóvel(is) que compõe a carteira de investimentos do Fundo, por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público. Tal desapropriação pode acarretar a perda da propriedade, podendo impactar a rentabilidade do Fundo. Não existe garantia de que tal indenização paga ao Fundo pelo poder expropriante seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida pelo Fundo.

Risco de sinistro

Em caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis do Fundo, os recursos obtidos pelas indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, bem como o atraso no seu pagamento pode impactar no desenvolvimento dos negócios e consequentemente na rentabilidade do Fundo.

Riscos macroeconômicos gerais

É característica das locações sofrerem variações em seus valores em função do comportamento da

economia como um todo. Assim, o Fundo está sujeito, direta ou indiretamente, às variações dos mercados de capitais e a a conjuntura econômica do Brasil, tais como:

- a) Desaquecimento da economia
- **b)** Taxas de juros;
- c) Alteração nas políticas monetária e/ou cambial.
- d) Inflação:
- e) Liquidez dos mercados financeiros;
- f) Riscos tributários
- g) Outros acontecimentos políticos e econômicos que venham afetar o mercado imobiliário

17. Instrumentos financeiros

O Fundo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas estratégias e necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pelos administradores do Fundo, não sendo realizadas aplicações de caráter especulativo que envolvam instrumentos financeiros derivativos, ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Adicionalmente, o administrador procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada do Fundo, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Seguem as descrições dos riscos do Fundo:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras e propriedade para investimentos.

Risco de taxa de juros

O Fundo possui aplicações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 04, as quais possuem como referência ("benchmark") o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

Adicionalmente, o Fundo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" / "swap" contra esse risco. Porém, ele monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Fundo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. O fundo restringe sua exposição a riscos de crédito efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

O Fundo acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, garantindo o devido cumprimento de suas obrigações.

18. Análise de sensibilidade

O Fundo aplica o CPC 40 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

- Nível 2: o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
- Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Fundo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Ativos	2014		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Cotas de fundo de investimento	471	-	-
Propriedade de investimento	-	-	78.250
Total do ativo	471	-	78.250

Ativos	2013		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Cotas de fundo de investimento	18.600	-	-
Propriedade de investimento	-	-	76.400
Total do ativo	18.600	-	76.400

Divulgação de informações

A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo, envio de extrato semestral aos cotistas e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviço prestado pela Pemon Auditores Independentes relacionados a este Fundo de investimento por ela administrado que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

O Fundo manteve contrato de prestação de serviços com o escritório JJChaves Contadores SS para os serviços de contabilidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

21. Demandas judiciais - provisão para contingências

O Fundo não possuia qualquer processo trabalhista, tributário ou cível em curso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

22. Seguros (não auditado)

O Fundo adota a política de contratar cobertura de seguros para as propriedades para investimento sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Transações com partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Fundo realizou operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários da Administradora/Gestora/Parte a elas relacionada do Fundo.

As características das respectivas operações estão demonstradas a seguir:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado

	Movimentação do período		
	31/12/2014	31/12/2013	
SALDO INICIAL	2	28	
APLICAÇÕES	4	1	
RESGATE	(1)	(27)	
SALDO FINAL	5	2	
RENDIMENTO BRUTO - EM REAIS	240	1.639	
RENTABILIDADE BRUTA	10,31%	7,68%	
QUANTIDADE DE COTAS	2.903,435531	1.168,313915	

Rio Bravo Crédito Privado FI RF

	Movimentação do período		
	31/12/2014	31/12/2013	
SALDO INICIAL	18.598	15.222	
APLICAÇÕES	5.576	8.703	
RESGATE	(23.708)	(5.327)	
SALDO FINAL	466	18.598	
RENDIMENTO BRUTO - EM REAIS	1.769.235	1.218.437	
RENTABILIDADE BRUTA	11,20%	7,73%	
QUANTIDADE DE COTAS	249.617,55268	11.093.867,37794	